



mb

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

ATA N.º 2/2019

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

António Luís Miranda dos Santos Serra

SECRETÁRIOS:

1.º Secretário – Carina Marques Rocha Fernandes

2.º Secretário – Sandra Simões Tomás

SUBSTITUIÇÕES

Manuel Augusto Meirinho Martins *(Substituído por Idalina Lopes)*

Alcino José Rito Lavrador *(Substituído por Anabela Augusto)*

Maria Delfina Gonçalves Marques Leal *(Substituído por José Dias Santos)*

Ramiro Manuel Lopes de Matos *(Substituído por Celino Augusto)*

Presidente da Junta de Freguesia de Bismula *(Representado pelo Secretário: Miguel João dos Santos Tomé)*

HORA DE ABERTURA: Dezassete horas

LOCAL: Auditório Municipal do Sabugal



Às dezassete horas, dado haver quórum, o Senhor **Presidente da Assembleia** cumprimentou os representantes dos Grupos Municipais presentes e, em nome deles, todos os Membros da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara, o restante Executivo Municipal, o Público e o Pessoal de Apoio, declarando aberta a Sessão. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1 -----

1.1 DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28/12/2018; -----

Tomando a palavra, o senhor **Presidente da Assembleia** disse ter sido enviada a ata da Sessão Ordinária de 28 de dezembro de 2018 a todos os Membros da Assembleia. Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a ata à votação, tendo a Assembleia Municipal **deliberado, unanimidade, aprovar a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 28-12-2018**. Não participaram na votação desta ata os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na referida Sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo. -----

PONTO 2 -----

EXPEDIENTE -----

De seguida, o Senhor **Presidente da Assembleia em exercício** deu a palavra ao 1.º Secretário que, depois de cumprimentar os presentes, deu conhecimento do expediente recebido: -----

➤ **Declaração referente aos Compromissos Plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2018 e Pagamentos e Recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2018, em conformidade com o estabelecido nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro;** -----

➤ **Relatório Anual de Atividades da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco do Sabugal;** -----

➤ **Justificação de ausência, à presente Sessão, apresentada por Manuel Augusto Meirinho Martins, tendo sido substituído por Idalina Lopes;** -----



15

➤ **Justificação de ausência**, à presente Sessão, apresentada por Alcino José Rito Lavrador, tendo sido substituído por Anabela Augusto; -----

➤ **Justificação de ausência**, à presente Sessão, apresentada por Maria Delfina Gonçalves Marques Leal, tendo sido substituída por José Dias Santos; -----

➤ **Justificação de ausência**, à presente Sessão, apresentada por Ramiro Manuel Lopes de Matos, tendo sido substituído por Celino Augusto; -----

➤ **Ofício da Junta de Freguesia de Bismula a informar da impossibilidade de comparecer na presente sessão, fazendo-se representar pelo Secretário da Junta de Freguesia, Miguel João dos Santos Tomé, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 4 do artigo 43.º do Regimento da Assembleia Municipal de Sabugal.** -----

Pelo Grupo Municipal do PSD, foi proposto um voto de pesar pelo falecimento do Doutor João Bigode Chorão. A proposta foi colocada à votação, tendo a **Assembleia Municipal deliberado**, por unanimidade, aprovar o **Voto de Pesar, seguido de UM MINUTO DE SILÊNCIO.** -----

“Nascido na Guarda em 1933, de uma família oriunda do Sabugal, João Bigotte Chorão, faleceu no passado Sábado, dia 23 de fevereiro, em Lisboa, aos 85 anos. -----

Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, foi membro efetivo do conselho de redação da revista de cultura católica Laikós (1976-1987), onde publicou numerosos textos. Exerceu a docência, foi diretor literário da Editorial Verbo, onde coordenou e organizou várias obras e as enciclopédias Biblos, Polis e Verbo, e a 'Enciclopédia do Século XXI' e 'Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia Logos', onde tem diversos verbetes de sua autoria. Teve uma vasta e dispersa colaboração em jornais e revistas, entre os quais as revistas Tempo Presente, Colóquio/Letras, Távola Redonda e Observador. -----

Professor, crítico literário e um dos grandes especialistas na obra de Camilo Castelo Branco, sobre o qual publicou diversos livros e textos, foi membro da Academia das Ciências de Lisboa, do Instituto Luso-Brasileiro de Filosofia e da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa, tendo dirigido também o Círculo Eça de Queiroz. -----

Pela obra 'Diário quase completo', foi em 2008 distinguido com o Grande Prémio de Literatura Biográfica pela Associação Portuguesa de Escritores. Uma década depois, no seguimento de 'Diário



quase completo', João Bigotte Chorão publicou, pela Imprensa Nacional, o volume diarístico 'Diário 2000-2015'. -----

No âmbito do Congresso do 7.º Centenário do Foral do Sabugal, que decorreu no Sabugal em novembro de 1996, João Bigotte Chorão distinguiu-se com a apresentação da comunicação 'A Interioridade e a Raia'. -----

Filho de José dos Reis Bigotte Chorão, cujo nome está imortalizado na toponímia da cidade do Sabugal – Rua Reis Chorão -, João Bigotte Chorão era pai do poeta e crítico (e conselheiro cultural do Presidente da República) Pedro Mexia. -----

Pinharanda Gomes, amigo e íntimo de João Bigotte Chorão, sobre ele escreveu: -----

'Escritor de estilo apurado, por vezes guloso, os seus escritos, tanto os íntimos dos diários, como os exegéticos do ensaio, revelam um espírito refletido e reflexivo, aberto sem dúvida ao mundo dos outros, mas que converte esse mundo mediante um permanente exercício de interiorismo e de seletividade estética. É, de resto, um dos raros ensaístas portugueses de indole estética que alia visão ética, por não conceber a estética sem uma equivalente ética.' “

PONTO 3 – ASSUNTOS DIVERSOS -----

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos do Ponto III do Antes da Ordem do Dia. Assim e na sequência de inscrição, foi dada a palavra aos seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

Senhor José Ilídio Clemente usando da palavra disse: -----

“Minhas Senhoras e Meus Senhores -----

Boa noite. -----

Estive com toda a atenção na última assembleia. -----

Gostei de ver que a maioria não estava em concordância com a descentralização que se avizinha.

Porém, não posso deixar de tecer algumas considerações que penso serem pertinentes. -----

E, isso faz-me pensar quão do interior sempre me senti, e pelo qual luto até ao último suspiro do meu ser. -----

Aqui, tudo fala comigo e eu com tudo diálogo. São os lugares e o seu relevo; são as plantas e os animais; são os monumentos e as paisagens; é a quietude do ambiente que me rodeia; e, acima de

M

tudo é o vibrar das gentes que habitam estes lugares. O seu estar, o seu falar, a sua educação e cultura, os seus hábitos e regras, o seu saber estar na vida. -----

Aqui a educação é primorosa. Ninguém passa na rua ou nos campos que não dê a salvação. Aqui os estranhos são amigos, e os amigos são família. E a família estima-se e faz-se estimar. -----

Até as pedras da calçada nos murmuram ciumentas as nossas aventuras desde a infância. E, para as ouvir, há que ter um sentido extra, que só os naturais conseguem alcançar. No local onde respiraram o primeiro ar. -----

Assim, é indispensável saber, com antecipação, que tipo de descentralização é essa. Que programas comporta, que verbas lhe são atribuídas, durante quanto tempo, quando é que vão ser aplicadas, como vão ser conseguidas, quem vai usufruir desses valores, que melhorias trazem ao local... etc., etc., etc. ... -----

Entenda-se; não é com promessas eleitoralistas que nos convencem. Até lá, aguardamos e se não nos convier ou desagradar o não está sempre certo! -----

Ao longo dos anos, praticamente ficámos quase sempre de fora do prometido desenvolvimento regional do interior. Muitos falam. Aqui só chegam sussurros, pois nada vemos. E até estamos convencidos que esses sussurros é o vento que os produz nas encostas das serras e montes que nos rodeiam. -----

Em primeiro lugar, as promessas eleitorais de desenvolvimento do interior, fazem lembrar a propaganda do 'vá para fora cá dentro!', tentando promover a iniciativa individual no interior sem aplicar verbas de incentivo, nesse mesmo interior, tão carente, desejoso dessa contemplação, tão sedento de um pouco de consideração e atenção. Duvidamos que os nossos eleitos tenham as tão desejadas novidades para nos dar ... -----

Em segundo lugar, esse conceito vago, sem projetos de aplicação, e planos de curto, médio e longo prazo, de que servem? Podemos estar no interior, podemos falar com as pedras da calçada, dar a salvação a toda a gente e até os mais inteligentes podem falar com os animais e as plantas. No entanto, quando se explica um projeto bem arquitetado, até os animais ficam mais cooperativos e as plantas ganham brilho. E, quando a natureza casa com o trabalho do homem, a sociedade sonha e avança. -----

Em terceiro lugar, a nossa consciência social e coletiva, há muito nos ensinou o que verdadeiramente pretendemos: -----



Não gostamos da solidão; -----
Não gostamos do desenvolvimento desapoiado; -----
Não gostamos que as crianças devorem quilómetros por dia, para irem à escola; -----
Não gostamos de ter o posto de correio ou o banco para lá do alcance das nossas pernas; ----
Não gostamos das barreiras arquitetónicas, nem burocráticas; -----
Não gostamos que nos tirem os postos de saúde, e que não haja técnicos de saúde suficientes;
Não gostamos da falta de condições de segurança e de proteção civil; -----
Não gostamos de servir sem contrapartidas; -----
Não gostamos que os nossos jovens tenham de migrar, e com isso, desarticulem a nossa sociedade; -----
Não gostamos do encerramento dos tribunais, como aconteceu aqui no Sabugal; -----
Não gostamos que nos ignorem; -----
Nem gostamos de não gostar! -----

Se a descentralização planeada trouxer melhorias significativas e sérias, já cá devia estar. -----
Ah!... mas que venha completa. Tal como o enxoval da noiva, com enquadramentos justos e equilibrados, compensações remuneratórias devidamente esclarecidas e aplicadas, que permitem equilibrar os anseios do interior com a fortuna do litoral. -----
Aqui no interior, só uma coisa não podemos alterar, mesmo que muito o desejemos; mesmo por vontade expressa na urna, que é a geografia a que pertencemos. Assim, desejo ver esse dia, ardentemente, tal como desejo ver as Bênçãos Celestes beijar esta terra afortunada, de gente verdadeiramente apaixonada. -----

Aí, até viriato saía da cova para nos ajudar de novo. -----

Disse.” -----

Depois de cumprimentar os presentes, o Senhor **Alexandre Gonçalves**, tomando a palavra disse: ----
“Na sessão ordinária da Assembleia Municipal do Sabugal, realizada no mês de setembro de 2018, comprometi-me a questionar o Órgão de Gestão da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (CIMBSE) sobre a ligação “Sabugal-A23”. É preocupante a falta de acessibilidades no Concelho do Sabugal. Na mesma sessão de Assembleia Municipal também me comprometi a propor à Assembleia Intermunicipal que fosse feita uma recomendação ao Governo para desbloquear esta



“empfeitada”. Considero que esta ligação é determinante para o desenvolvimento do nosso Concelho. -----

E como palavra dada é palavra honrada, o Vereador da Câmara Municipal do Sabugal pelo Partido Socialista, Luís Gonçalves, juntamente com os Deputados Intermunicipais do Partido Socialista que representam o Concelho do Sabugal na CIMBSE, Alexandre Gonçalves e Victor Cavaleiro, prepararam uma Moção de Reivindicação com a finalidade de ser criado um plano de exceção para a viabilização e conclusão desta obra, sempre de olhos postos no desenvolvimento Local, Regional e Nacional. Recordo que esta ligação, no nosso entender, é fulcral não só para o Concelho do Sabugal, como também para todo o território da Comunidade Intermunicipal. -----

No dia 25 de janeiro decorreu, no Museu Judaico de Belmonte, uma sessão extraordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela. Nessa sessão de Assembleia Intermunicipal, eu e o Victor Cavaleiro apresentámos uma “Moção de Reivindicação” com a finalidade de ser concebido o tal plano de exceção para a conclusão da obra. A Moção de Reivindicação “Acessibilidades-Sabugal – A23” foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Como sabemos a CIMBSE é constituída por 15 Municípios, 12 pertencem ao Distrito da Guarda e 3 pertencem ao Distrito de Castelo Branco. -----

Com a aprovação do documento, a CIMBSE irá exercer a sua magistratura de influência, junto do Governo de Portugal, para que a ligação seja concretizada. Dizer-vos também que no dia 12 de janeiro, em Foz Côa, e antes da aprovação por unanimidade da Moção de Reivindicação “Acessibilidades-Sabugal – A23”, reuni com o então Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Eng. Pedro Marques, tendo-lhe entregue o documento “Acessibilidades – Sabugal”. Foi-me comunicado pelo Sr. Ministro que o Governo iria analisar a nossa pretensão e que era fundamental que a Moção de Reivindicação que iríamos apresentar na CIMBSE fosse aprovada, e se possível aprovada por unanimidade. Tal como nos compete iremos continuar a lutar exaustivamente por esta obra. Se for necessário deslocarmo-nos a Lisboa cinquenta vezes para concretizar esta obra, nós vamos a Lisboa cem vezes. Nada, nem ninguém, irá amputar a nossa motivação e determinação, nem tão pouco o nosso desejo de ter um Sabugal diferente, um Sabugal pigmentado e escoltado pelo desenvolvimento.” -----

Seguiu-se o Senhor João Calva que depois de cumprimentar os presentes, usou da palavra para falar acerca das imagens de marca do nosso Concelho, nomeando a Capeia Arraiana, a Barragem do Côa e o linco de Malcata. -----

Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara questionou-o se há previsão para uma possível libertação de lincos na Serra da Malcata. -----



Depois de cumprimentar os presentes, o Senhor António Gata, tomando a palavra procedeu à leitura do seguinte texto: -----

“O grito de alerta e de revolta lançado a partir das Batocas, povoação que integra a União de Freguesias de Aldeia da Ribeira, Vilar Maior e Badamalos, não se pode deixar cair em saco soto, pois tenho a certeza que os criadores de gado, se estão a ver confrontados com um problema que os afeta com gravidade e que se tem vindo a agudizar com predadores a atacarem frequentemente as suas explorações vitimando as reses mais pequenas, principalmente, as acabadas de nascer. -----

Louva-se, portanto, a determinação de um criador de gado das Batocas, que cansado de ter prejuízos na sua exploração decidiu dar a cara chamando a comunicação social à sua exploração para dar a conhecer a nível nacional a sua insatisfação e para solicitar a quem de direito, medidas para os evitar. -----

Este é mais um caso em que a união irá conseguir fazer a força. E é fundamental que outros criadores de gado desta povoação e de outras deste território do concelho, que como é do conhecimento geral se queixam deste mesmo problema, se una nesta luta que é importante para cada um em particular, mas que no seu conjunto é também muito importante para a tão debilitada economia do concelho e para a luta contra a desertificação, pois trata-se da única atividade que tem conseguido fixar alguma população nesta zona do concelho. -----

Só que, na minha opinião, as medidas preconizadas para combater este flagelo e que passam pela autorização do Instituto de Conservação da Natureza para um maior número de batidas à raposa é manifestamente insuficiente, para não dizer inútil, no que toca ao controlo dos efetivos de predadores. -----

Sendo verdade o que se vai ouvindo, que alegadamente, neste território, têm vindo a ser libertadas espécies que se encontravam em vias de extinção, o lobo, e outras que até já estariam desaparecidas, como os saca-rabos, a construção desta casa, que até poderá ser enaltecida, temos que reconhecer que foi iniciada pelo telhado. -----

Quem, como eu, continua a insistir em querer manter a prática da atividade cinegética, sabe que atualmente o efetivo de predadores é superior ao número de presas, principalmente o coelho bravo, que está por estas bandas em vias de extinção e não se conhece uma preocupação consistente com a inversão deste quadro. -----

Quem, como eu, até tem participado ativamente em repovoamentos de perdizes sabe, porque vê com os seus próprios olhos, que imediatamente após a sua colocação no terreno, surgem do nada dezenas e dezenas de predadores como águias, abutres, gaviões, corvos, que muitas vezes, na nossa presença, apanham as próprias perdizes acabadas de lançar, se estas não estiverem protegidas. -----

M

Então não seria mais correto que antes do lançamento destas espécies predadoras fossem criadas as condições para que existisse a cadeia alimentar como antigamente, principalmente o coelho bravo, e o ecossistema estivesse equilibrado entre predadores e presas? Ou pelo menos que quem coloque os predadores se preocupe em colocar a alimentação necessária para que não necessitem de a procurar onde não seria suposto isso acontecer? E que dizer das associações ambientais sempre tão ativas na defesa dos predadores? Pela parte que me toca, nunca os vi no terreno a preocuparem-se com a sobrevivência das presas, nem a colocarem alimentação aos predadores. -----

Voltando aos criadores de gado, já não lhes bastava os problemas que a falta de água, cada vez com mais frequência lhes acarreta, vêm-se agora confrontados com ataques de predadores aos seus animais. -----

Se, relativamente ao primeiro caso, a falta de água no imediato, têm podido contar com a solidariedade da Câmara Municipal na ajuda a minorar esta dificuldade e a convicção de que não deixará de continuar a tomar medidas ainda mais assertivas que garantam a reserva de águas mais duradouras; no que toca aos ataques de predadores aos seus animais, a Câmara Municipal certamente não os abandonará na sua luta junto com as entidades competentes, e não deixará de exercer a sua influência junto do ministério da agricultura através do ICNF.” -----

Senhor João Manata que, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes usou da palavra para intervir dizendo que se recorda de nos anos 80 ouvir na rádio o slogan ‘Salvem o lince e a Serra da Malcata’, mas que atualmente ao chegar a Penamacor vê-se ‘Penamacor, terras do Lince’. “Não é só Penamacor, também é o Sabugal, parte do concelho do Sabugal. Mas vemos de facto o lince ser lançado em Mértola, em Silves, e no concelho do Sabugal nada.” Perante esta situação pediu ao executivo para se pronunciar acerca do tema. -----

Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara disse “Está-se a aproximar o verão, e mais uma vez sei que sou chato com esta questão, mas há alguma coisa para a praia fluvial, para o verão, melhorá-la um bocadinho, dar algum jeitinho. Passam os anos e praia nada, a gente está pelas calendas gregas, se calhar daqui a 200 anos o Sabugal terá uma praia fluvial.” -----

Depois de cumprimentar os presentes, a Senhora Marisa Martins dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara para o informar que desabam constantemente pedras do terreno situado em frente ao Agrupamento de Escolas. E pediu que fosse tomada alguma medida de precaução. -----

Seguiu-se o Senhor Presidente da Junta do Baraçal, Carlos Borregana, que depois de cumprimentar os presentes disse: -----



"Cumprimento todos os presentes, -----

(...) -----

Quero, hoje, partilhar uma breve reflexão sobre sustentabilidade. -----

Muito se tem falado, nos últimos tempos, sobre a questão do plástico e mais especificamente da louça descartável. Tem havido produção legislativa sobre esta questão e transposição de legislação comunitária e parece que a louça descartável terá os dias contados durante o próximo ano. Pois bem, deixo aqui um apelo aos meus colegas e amigos Presidentes de Junta, que até podia ser um compromisso, para anteciparmos o fim da utilização da louça descartável, nos eventos que aí se avizinham, já para este ano. Dizer-lhes que o mercado já tem soluções: existe louça biodegradável, louça compostável, comestível e, claro, a louça convencional de utilização múltipla. Dizer-lhes ainda que não tenham medo, nem vergonha, de serem chamados de verdinhos pois apesar das questões ambientais, no nosso país, serem bandeira de partidos de esquerda com leques eleitorais menores e isso levar a que partidos com maior expressão se inibam de partilhar tais questões e apesar este facto ser um dos principais entraves à democratização destes valores nunca poderemos entender a ecologia como uma filosofia política, propriedade deste ou aquele partido, a ecologia é uma ciência. Ser ambientalista e pensar na sustentabilidade não são tiques de modernismo nem são questões de cultura são, para nós, questões de bem-estar e para as gerações vindouras, questões de sobrevivência. -----

(...) -----

Para terminar e em 30 segundos apenas um desabafo. Quem me conhece sabe que sou uma pessoa genericamente distraída e tenho enorme dificuldade em fixar a fisionomia das pessoas. No entanto, não pude deixar de observar, nas últimas sessões, a existência de um movimento migratório entre as bancadas. Quer dizer, não sei se foi um movimento migratório ou um movimento transpolítico! E confesso que isso me incomodou. Inicialmente pensei tratar-se de um arrufo de namorados, mas, na sessão de votação do orçamento, percebi que se tratava certamente de um caso de divórcio. Ora, eu sei, que não tenho o direito de pedir aos visados que interrompam o silêncio sobre esta matéria pois não quero beliscar a sua bolha de liberdade, mas atrevo-me a sugerir que o façam, não em nome da lealdade político-partidária, não em nome da solidariedade institucional, mas por uma questão prática e de utilidade para esta instituição. Numa assembleia com esta composição certamente que uma declaração de voto é bem mais útil do que um voto contra. -----

Obrigado!" -----

Senhor Vítor Cavaleiro que, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes usou da palavra para dizer: -----

14

“Isto é para me deixar de consciência tranquila relativamente ao meu último voto de ‘sim’ relativamente à descentralização e simultaneamente apresentar uma ideia para 2021-2027, ou seja, para estarmos atentos àquilo que se poderá desenvolver no contexto do concelho do Sabugal. -----

Como todos sabem, a fronteira terrestre entre Portugal e Espanha é a fronteira terrestre mais extensa, mais antiga e mais estável de toda a união europeia, ocupando o território do Sabugal um lugar de relevo pela sua própria dimensão e pelo passado histórico. -----

O espaço de cooperação transfronteiriço entre Espanha e Portugal, ainda que com variações regionais, apresenta-se como um território predominantemente rural, com acentuados problemas demográficos, designadamente uma baixa densidade populacional e uma população envelhecida em comparação com as regiões adjacentes e as médias nacionais, evidenciando piores indicadores de desenvolvimento económico, e uma menor dinâmica de crescimento, no qual a crise internacional iniciada em 2008 teve um impacto particularmente acentuado e persistente, interrompendo um ciclo de convergência socioeconómica com a união europeia. -----

Com efeito, o valor de 40 habitantes por km², média do conjunto dos territórios transfronteiriços, comparado com o valor de 114 por km² em Portugal e de 92 por km² em Espanha, a taxa de envelhecimento de 1.5 compara com as médias de 1.2 para Portugal e 1.1 para Espanha, sendo o Sabugal um daqueles concelhos que lidera estes rankings, e pergunto, e com os municípios vizinhos?! Que ações desenvolveu o município do Sabugal para contrariar estes indicadores?! O PIB per capita de 73% do valor da União Europeia dos 27 nos territórios transfronteiriços é significativamente inferior ao registado nas zonas adjacentes, 79 em Portugal e 80 em Espanha. ----

1999: -----

Também aqui o município do Sabugal é dos que apresenta os indicadores mais baixos. Entre 2007 e 2012, o tecido empresarial nos territórios transfronteiriços sofreu uma redução de mais de 25.000 empresas e de 95%, 96% das empresas em atividade possuem menos de 10 trabalhadores. O município do sabugal não só desenvolveu, como não perdeu nesta atividade porque no Sabugal não há desemprego, porque a densidade de empresas no território é demasiado baixa. Ao colocar a cooperação transfronteiriça como objetivo da política de coesão, a UE realçou o papel fundamental que a cooperação territorial tem na construção de um espaço em comum, ajudando a garantir que as fronteiras não sejam barreiras físicas, que as populações possam partilhar vivências e que o trabalho em prol de objetivos comuns possa ser uma realidade tangível. -----

O programa de cooperação territorial europeia, tem constituído de há muito, o único instrumento financeiro de suporte às políticas públicas orientadas para o desenvolvimento dos territórios transfronteiriços e para o desenvolvimento de políticas comuns de gestão partilhada, de recursos, e a valorização das potencialidades e das novas oportunidades. Que ações desenvolveu o município do

Município do Sabugal

Sabugal para ir de encontro a estas políticas de valorização de recursos e oportunidades partilhadas, contrariando estas políticas endógenas e de estagnação? O espaço de cooperação transfronteiriço representa cerca de 27% do território de ambos os países, e pouco menos de 5 milhões e meio de habitantes, em 2017. Se considerarmos as nudes adjacentes, este número ascende para quase 15 milhões de habitantes. -----

2012: -----

A cooperação transfronteiriça assume assim um papel relevante para o interior, podendo contribuir para a obtenção de uma nova centralidade, valorizando um amplo espaço regional que partilham, dotado de coerência e de vida própria, com enorme potencial de afirmação económica e de modernização do tecido produtivo pela sua centralidade no espaço da península ibérica. Que programas desenvolveu o município do Sabugal na cooperação transfronteiriça?! -----

Contribuir para um melhor enquadramento de territórios do interior no novo ciclo de programação de fundos europeus, estruturais e de desenvolvimento de 2021 a 2027 deve constituir um dos objetivos principais deste município. -----

Uma especial atenção deve ser conferida aos instrumentos do planeamento estratégico sectoriais ou mais ou menos transversais que o governo tem vindo a aprovar, a apreciação das práticas cíclicas de preparação dos ciclos de programação dos fundos europeus. Citamos por exemplo os casos dos planos nacionais de reforma, os planos nacionais de investimento 2030, mas outros deverão vir a ser ainda adotados. Apesar de serem muitas vezes documentos sectoriais são eles que vão condicionar e estar na base das futuras opções estratégicas a consagrar nas negociações para o quadro das aplicações dos fundos europeus estruturais, e de investimento para o período de 2021-2027. -----

Descentralizar: -----

O modelo de funcionamento e decisão do estado não é sempre sinónimo de regionalização. É sinónimo de uma decisão mais próxima dos territórios e com mais participação dos destinatários. O modelo de regionalização que emana exclusivamente opções políticas centrais, que não tenham uma participação ativa das populações na sua conceção pode mesmo constituir-se como um novo e acrescido entrave a uma administração mais próxima. Aqui o Sabugal podia ter beneficiado e liderado esta política de descentralização no contexto dos municípios portugueses, na minha ótica. Quer-se uma administração pública sustentável e de proximidade. Sustentável para prestar um serviço de melhor qualidade aos municípes ou cidadãos e às empresas, e de modo mais eficiente, utilizando o mínimo de recursos que assegurem padrões de qualidade na prestação de serviços públicos. -----

Proximidade do cidadão: -----



147

Independentemente da sua localização territorial, recurso e capacitação no centro da sua atividade, aqui mais uma vez o município do Sabugal não ganhou serviços em relação aos municípios adjacentes. -----

Proximidade do cidadão e das empresas implica acessibilidades, múltiplos canais e envolvimento intermunicipal, atenuando-se os desequilíbrios e as desigualdades sociais, económicas e territoriais, e não vou mais do que numa CIM. Portugal é dos casos de maior sucesso na cobertura e acesso à internet de banda larga e na digitalização de serviços da administração pública. Embora subsistam dificuldades de mobilidade e de acesso aos meios digitais por grupos sociais, bem como a significativa margem de aumento de efetivo de utilização dos canais digitais de atendimento ao cidadão e às empresas. aqui neste contexto, a cobertura da rede móvel na minha união de freguesias de Penalobo, Pousafoles e Lomba, é insuficiente e não passa de um faz de conta. -----

O modelo de aplicação dos fundos europeus estruturais e de investimento, consagram os princípios de governação multinível para assegurar a participação do cidadão e das organizações da sociedade civil e da segregação de funções para salvaguarda dos conflitos de interesse. Os tempos atuais forçam-nos a adotar uma política regional e de coesão sobre o modelo de organização da administração pública mais centralizado e participativo, adotando uma matriz territorial comum, tendo por base a matriz das comissões de coordenação de desenvolvimento das regiões, e a partilha de serviços de front office e back office. -----

A política regional e de coesão não nos obriga à adoção de um modelo de estado de regionalização, força-nos a uma reforma mais difícil e efetiva, um estado mais descentralizado e mais próximo dos territórios e dos cidadãos. O debate que aqui não aconteceu na última sessão da assembleia municipal, não é de descentralizar e regionalizar, sim ou não. O debate que se propôs é regionalizar/descentralizar, antes de uma dinâmica séria e efetiva de descentralização, porquê?! E para quê?! Que ganha o município do Sabugal com ou sem uma regionalização/descentralização efetiva?! -----

Contribuir para um melhor enquadramento deste território raiano no novo ciclo de programação dos fundos europeus estruturais e de investimento 2021-2027 deve constituir um dos objetivos centrais deste município.” -----

Depois de cumprimentar os presentes, o Senhor **Joaquim Brázia**, tomando a palavra dirigiu-se ao Senhor Presidente da Assembleia para o questionar se não seria necessário efetuar a votação da ata da Reunião Extraordinária. -----



16

O Senhor Presidente da Assembleia, em resposta, disse que não estando o assunto na Ordem de trabalhos, a mesma será feita *a posteriori*, na próxima Assembleia Municipal. -----

Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, questionou-o se terá havido mais diligências entre a Câmara e o Senhor Embaixador Carlos Fernandes acerca do presumível donativo que o mesmo queria dar para o idílio sabugalense, bem como se terá sido tomada alguma decisão relativamente ao espaço que virá acolher estas obras ou não. -----

Transmitiu também ao Senhor Presidente da Câmara que gostaria de saber o ponto da situação das negociações concernentes à suposta dívida relativa à água, que tem gerado polémica com as Câmaras. -----

O Senhor Manuel Lousa, que depois de cumprimentar os presentes, tomou a palavra para colocar as seguintes questões: -----

“Foi recentemente anunciado na televisão que a Câmara Municipal do Sabugal tinha gasto nas obras de ligação Sabugal-A23, mais propriamente no troço Alto de Pousafoles-Quinta da Ribeira, cerca de 3.5 milhões de euros. Senhor Presidente da Câmara, gostava de lhe colocar as seguintes questões: -----

- Corresponde este valor ao montante gasto? Se não, qual foi verdadeiramente o valor gasto pelo município nestas obras? -----

- Existe algum protocolo celebrado com a ubi par ao acompanhamento dos trabalhos? Se sim, qual o seu valor? -----

- Quem era o responsável técnico em representação da UBI para a execução do protocolo? -----

- Foi também afirmado na notícia que existe projeto para a referida obra. Se existe, quanto custa ou quanto custou o referido projeto? -----

- Ultrapassando esta obra, os limites do concelho do sabugal, existe algum acordo ou alguma conversação com o município vizinho, para a execução desta obra? -----

Para terminar, sendo o Senhor Presidente uma pessoa sensata, sério, competente e credível. Entende que a ligação pode ser uma realidade ou uma pura ficção?” -----

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para dar resposta às questões levantadas. -----

Depois de cumprimentar os presentes, agradeceu as questões e em resposta ao Senhor José Ilídio começou por dizer que não costuma comentar as intervenções do mesmo porque acabam por não dirigir uma pergunta direta ao Presidente da Câmara, *“mas permitam-me perante o que ele afirmou e que foi desenvolvido por outros, nós também nos debatemos no nosso concelho com uma ausência de*



117

densidade populacional e de gente que queira e tenha ideias inovadores, que dinamize, e debatemo-nos com a ausência de talentos, uma vez que saem do nosso concelho e depois não regressam. Não ficam porque os ciclos de desenvolvimento levam-nos os talentos, as pessoas. Se tivéssemos a capacidade de inverter este ciclo, o problema não se colocaria no concelho do Sabugal. De acordo com algumas opiniões, o Sabugal é sempre o pior, a ovelha negra. Esses comentários e essas afirmações ficam com quem as profere.” -----

Na sequência da intervenção do Senhor Alexandre Gonçalves em que falou de acessibilidades, o Senhor Presidente da Câmara disse que não pretende levantar mais polémicas e referiu que apenas teve conhecimento no dia anterior da moção que foi apresentada na Assembleia Intermunicipal da CIMBSE. *“Porque eu sei quem preparou a primeira moção apresentada, e relativamente à qual me pronunciei. Entendi, salvo uma referência feita ao meu nome que efetivamente a responsabilização não era só minha, era de todo o executivo municipal, e batendo-se por uma ligação rápida do Sabugal-A23, creio que não há ninguém no concelho que não queira isso, e entendi naturalmente que é um grito de revolta e que qualquer pessoa podia assumir esse grito.* -----

Fui surpreendido ontem porque pensava que tinha sido essa a moção votada na CIMBSE. -----

Fui surpreendido ontem, e acreditem, não foi por desinteresse, foi porque verdadeiramente tenho uma atividade muito intensa em torno da vida do município e que não me permite que dê volta ou ande a verificar situações marginais. -----

Fui surpreendido com um texto muito agressivo e que me levou, numa decisão pessoal apenas, a pedir uma ida minha a uma assembleia da CIMBSE ou então fazer um documento para ser lido lá, relativamente ao texto apresentado que envergonha o Sabugal, em que faz um conjunto de ataques pessoais ao executivo municipal e ao Presidente da Câmara, que não é merecedor disso. -----

Terei que ir à assembleia da CIMBSE perguntar ao Senhor Presidente se é assim que os assuntos são tratados numa entidade que está a dar os primeiros passos e que se quiser continuar a servir a região tem que o fazer de outra forma.” -----

No que ao assunto da repovoação do lince diz respeito, abordado pelo Senhor João Calva, o Senhor Presidente da Câmara afirmou que esse tema teve uma inversão negativa para o nosso território, aquando da construção do Alqueva e nos acórdãos de compensação que o Alentejo e aquelas regiões tiveram. -----

“Também afirmei nesta Assembleia Municipal, numa altura em que levantaram essa questão que o lóbis sul espanhol do lince é muito mais forte que o lóbi Sierra de Gata, mas, à parte daquilo que estamos a fazer com o ICNF e com as instituições, nomeadamente com a associação Iberlinx, em que

MEMÓRIA DO MUNICÍPIO



estamos num processo de repovoamento de centros de criações de coelho, porque sem coelhos não há lince, e isto prende-se também com outra situação que o António Gata referiu. Temos aprovado o centro de recuperação e criação que temos na colónia agrícola Martim Rei e mais uma intervenção na zona da reserva do lado do Sabugal e do lado de Penamacor. A intervenção na zona da reserva baseia-se num projeto, no qual acredito que havendo condições, pouco a pouco, a gente consiga fazer jus e consiga melhorar. -----

Dizer-vos também que a escolha de territórios do lince, no âmbito da Carta Europeia do Turismo Sustentável, não foi ingénua, foi escolhido aquele nome para dizer à europa que o lar do lince é na Reserva Natural da Malcata, não é no sul. -----

Por isso é que estes concelhos adotaram o nome 'Terras do Lince'. E este nome tem que vingar, tem que fazer caminho, a Câmara Municipal de Penamacor já utiliza em muitos dos seus slogans promocionais e nós temos também que o fazer de uma forma mais assertiva. -----

O ICN equacionou a colocação de um espaço de observação, cercado de lince, e penso que será um dos próximos passos a desenvolver pela Câmara Municipal do Sabugal e Câmara Municipal de Penamacor." -----

Em resposta ao Senhor António Gata, o Senhor **Presidente da Câmara** afirmou já ter conhecimento da situação, e que a Câmara Municipal do Sabugal tem feito um *forcing* junto das entidades que referiu para que haja medidas de suporte a esses predadores. *"É o que tentarei fazer, alertado para o facto do que foi dito nesta assembleia e foi dito por vós."* -----

Relativamente ao tema referido pelo Senhor João Manata, acerca da praia fluvial, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que não dava garantias de estar pronto em agosto porque não iria estar. Enfatizou o facto de um dos projetos que foi a financiamento bancário ser relativo à praia fluvial, *"é sintomático e da prioridade que a Câmara Municipal do Sabugal dá a esse espaço"*. Evidenciou que a segunda fase da requalificação das margens do rio no Entrepontes irá para concurso assim que o processo do empréstimo bancário esteja concluído, *"e gostava que no verão de 2020 já tivéssemos condições naquele espaço."* -----

O Senhor **Presidente da Câmara**, em resposta à Senhora Marisa Martins afirmou *"Conheço perfeitamente o espaço que referenciou e dizer que fui informado também que há o pedido de orçamento para colocação de uma rede protetora naquele local."* -----

Quanto à intervenção do Senhor Presidente de Junta do Baraçal, o Senhor Presidente da Câmara enalteceu a pertinência da primeira intervenção, em relação ao plástico, *“sempre a colocar na agenda situações sensatas. Agradeço também essa nota a esta assembleia.”* -----

Em resposta ao Senhor Vítor Cavaleiro, o Senhor Presidente da Câmara disse: -----
*“Que dizer da sua intervenção?! Quando se é demasiadamente académico e se tem uma prosa brilhante, é evidente que, tenta com a prosa ludibriar a falta de ação, ou melhor, a falta de atenção. Por que quero-lhe dizer e repito novamente, e tenho provas dadas nesse aspeto, que esteja atento, verifique o trabalho dos municípios da Cova da Beira, que é feito no Interreg Poctep, com a comunidade de Salamanca. -----
Repare que falou de um conjunto de mecanismos de financiamento. Sabe o que é que eles têm como base? Era preciso era dizer isso. Sabe que foi feita a segunda convocatória do Poctep, que do lado português puseram a concurso 2 milhões de euros para a região centro e do lado espanhol puseram 60 milhões? E os projetos que estamos a fazer com os Espanhóis estão 2 reprovados, um do Sabugal e Almeida. Nesses 2 milhões de euros Almeida foi buscar 100 mil euros, Sabugal foi buscar outros 100 mil, portanto só ficou 1 milhão e 800 mil euros para os outros da região centro. E temos outro aprovado no âmbito das aldeias históricas, no valor de 80 mil euros. -----
Só para lhe dar uma indicação, no das aldeias históricas, que no fundo são 10 municípios, e é para fazer um pack promocional em Espanha, não dá para mais. Do lado espanhol, só para ver o desnível, eles, os nossos parceiros, a comunidade de Castilla y Lion, Valladolid, diputación de Salamanca e Cáceres têm entre eles 3 milhões de euros. É para ver a diferença do que é, quando se abrem juízos e se põem bandeiras a dizer que há dinheiro para fazer projetos comunitários. -----
Dizer-lhe também que as estratégias para 2021-2027 não se constroem nesta sala, estão a ser construídas em Bruxelas. E nós podemos ter muitas ideias e pensar que estamos a ser arrojados, e é importante tê-las e defendê-las com convicção com os pés bem assentes na terra. E nós não estamos ainda em 2021-2027, estamos aqui no Sabugal, em 2019-2020 com os pés assentes na terra e pensemos positivo e no sentido de fazer e não no sentido de fazer de conta.”* -----

Para responder ao Senhor Joaquim Brázia, o Senhor Presidente da Câmara disse que está agendada, junto com o Senhor Presidente da Assembleia, uma visita à casa do Senhor Carlos Fernandes para verificar. -----

“Já temos algumas ideias relativamente à primeira exposição do donativo no Sabugal, mas não vou dar mais passos enquanto não visitar efetivamente a galeria a doar.” -----

Relativamente à questão das águas, afirmou que no dia anterior à Assembleia Municipal houvera a última reunião sobre a matéria, *“e estamos neste momento a concertar com o sistema de águas de Lisboa e Vale do Tejo, sucessor das águas Zêzere e Côa, a questão relativa ao pagamento dessas dívidas. Logo que se concerte a dívida requerida pelas águas e a dívida aceite pelo município terá que vir aqui à Assembleia Municipal porque os valores em causa a isso vão obrigar.”* -----

Em resposta às questões levantadas pelo Senhor Manuel Lousa, o Senhor Presidente da Câmara disse que são sugeridas pelo facto de também pertencer à Assembleia Intermunicipal da CIM-BSE. -- *“Quanto é que a gente gastou? Em 2010, quando o executivo municipal entendeu que já não tinha condições para aguentar aquela situação, foi feito um apuramento de contas pelos serviços da Câmara, e apuraram um valor de cerca de 1 milhão e 200 mil relativos a protocolos e despesas com o exército, e cerca de 200 mil euros com os protocolos com a UBI. Esses protocolos hoje não existem, terminámos com eles, e estão aqui alguns vereadores que faziam parte desse executivo, porque não havia condições financeiras para continuar a insistir com aquela obra, daquela forma. -- Foram feitas démarches junto do governo (ainda Sócrates), e junto do secretário de estado Paulo Campos e feitas démarches junto do novo secretário de estado Sérgio Monteiro do governo de Passos Coelho.”* -----

Referiu também que tem conhecimento que dois elementos da Assembleia Municipal levaram situações à Assembleia Intermunicipal, embora não saiba se o fizeram a título pessoal ou mandatados pela assembleia. -----

“Sei que o Alexandre falou que entregaram um memorando, um pedido ao Senhor Ministro, que já não o é, e eu tive depois a ocasião de falar com gente ligada a vocês, que até perguntou quem é que eram aqueles senhores fantasistas do Sabugal. E eu disse ‘Não sei que démarche fizeram.’ ----- O responsável técnico na altura, por isto tudo, era o Senhor Vítor Cavaleiro, não sei se tem aí ainda algum interesse a defender nessa matéria para fazer isto. Se existe projeto? Meus caros amigos, não existe projeto, o Senhor Vítor Cavaleiro convidou-me para ir a Lisboa com ele, junto de um gabinete para fazer o projeto, que fez um orçamento de 400 mil euros. -----

Quando vim para a Câmara, perguntei ao meu colega de Belmonte, e ele disse que em Belmonte, em torno de Maçainhas é só pomares e que seria caríssimo fazer uma via. -----

Portanto, teve tanto impacto a vossa ação que ninguém me contactou, nem ninguém contactou a Câmara Municipal. Mas sou eu que vou à CIM perguntar efetivamente, que era o mínimo que tinham que perguntar, o que é que havia do lado de cá visível, de prático para poder desenvolver. -----

Não sei o que pretendem com isto, todos nós gostaríamos de ter uma ligação rápida à A23. Foi um sonho, chegou a ser quase uma realidade nos anos 2006 e 2007, todos estávamos muito

esperançados que aquilo tinha viabilidade, eu próprio era vereador da CMS e também defendia. Batemos com a cabeça na parede, e senti que não era possível por aquela via fazermos aquela obra. E, portanto, eu não sei o que pretendem com isto, a não ser ter alguma visibilidade, não sei que tipo de visibilidade, mas o futuro o dirá. Tomáramos nós de ainda conseguir todos sonhar como estes dois senhores estão a sonhar.” -----

De seguida foi dada a palavra ao Senhor **Manuel Lousa** para apresentar a moção: -----

“Considerando: -----

A necessidade de quebrar o isolamento do Sabugal, que apesar de ver passar a Norte a A25 e a Oeste a A23, está à margem destes eixos viários, quer pela distância quer pela degradação acentuada das estradas nacionais que nos servem; -----

Que o governo anterior através dum plano de infraestruturas de proximidade apontava para a beneficiação da ligação do Sabugal (sede do Concelho) à Guarda, prevendo gastar cerca de 2 milhões de euros em 2016; -----

Que a introdução de portagens nas A23 e A25, diminuiu significativamente a utilização das SCUTS pelos sabugalenses e aqueles que nos visitam, aumentando a utilização da denominada estrada da Raia (Vilar Formoso/ Castelo Branco), particularmente por veículos pesados que promovem degradação acentuada no piso dessa via; -----

Que as principais relações económicas e sociais do concelho do Sabugal nos direccionam para a cidade da Guarda (muitos dos serviços públicos do Sabugal são servidos pelos funcionários que residem na Guarda e se deslocam diariamente em viagens de Ida e regresso através EN 233); -----

Que nos anos de 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 o Município do Sabugal tentou induzir o Governo Central na construção duma via de circulação rápida de acesso à A23, no nó de Maçainhas, Belmonte, protocolando com a Universidade da Beira Interior e o Exército Português a demarcação do traçado ideal para essa via; -----

Que na execução destes trabalhos o Município do Sabugal gastou cerca de 1200 000€ com o serviço do Exército e cerca de 200 000€ com a UBI, trabalho esse que ser aproveitado mesmo que para a execução duma ligação local entre as localidades de Quinta da Ribeira e alto de Pousafoles do Bispo; -----

Que nesse período se desenvolveram muitos contactos institucionais no sentido de fazer valer a pretensão então assumida pelo executivo municipal, contactos que não obtiveram da parte dos vários governos, nem das Estradas de Portugal resposta favorável à pretensão do poder local; -----

Que em 2010 após esgotadas todas tentativas de obter a construção da ligação do Sabugal à A23, a Câmara Municipal do Sabugal deliberou interromper o programa de trabalhos que vinha desenvolvendo com o Exército Português e com UBI, por não ter capacidade financeira para levar a cabo obra de tamanha envergadura; -----

Que à presente data, não há projeto global de execução (sinalizado no protocolo assinado com a UBI em 2006 e em sucessivas atualizações), a ligação não faz parte do Plano Rodoviário Nacional, não tendo projeto, não tem a identificação das pontes, obras de arte, nem estudo de impacto ambiental, nem estudos geotécnicos; -----

Que embora todos reconheçamos a importância e mais valia duma ligação à A23 tal como tem sido defendida, o sucesso da sua concretização é naturalmente incerto, não se vislumbrando num futuro próximo; -----

Que o Programa Nacional de Investimentos PNI 2030, recentemente apresentado pelo Governo, não contempla qualquer ligação ou melhoria de acessos ao Sabugal, sede de Concelho; -----

Que a manutenção desta pretensão e desta ambição, não pode ser argumento para não se realizarem outros investimentos urgentes e também necessários; -----

Propomos: -----

Que esta Assembleia aprove uma proposta de recomendação à Câmara Municipal no sentido de junto do IP, Infraestruturas de Portugal, promova as reuniões de trabalho conducentes ao urgente execução das obras necessárias da ligação à A23 e A25, no nó da Guarda, de forma a aproximar a cidade do Sabugal destes eixos viários principais, quer para Norte, quer para Sul e em simultâneo qualificar o trajeto, minimizando os focos de potencial risco de acidentes, facilitando a circulação de pessoas e mercadorias. -----

Que, no processo de negociação de aceitação de novas competências, no âmbito das vias de comunicação, o Município exija do poder central a melhoria das acessibilidades, nomeadamente a inclusão de uma ligação rápida, funcional e estruturante para a Raia Sabugalense.” -----

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra a quem se pretendesse pronunciar acerca da moção. -----

Tomou a palavra o Senhor Alexandre Gonçalves para dizer: -----

“Sr. Presidente, a sua resposta se não fosse tão trágica até dava vontade de rir. A Câmara Municipal do Sabugal é que tinha de se preocupar com o projeto e analisar o mesmo. O Sr. Presidente afirma que a Câmara Municipal autorizou uma obra sem projeto e ainda pretende ficar bem na fotografia. Lamentável a sua atitude! Poupe-me Sr. Presidente! Poupe-nos Sr. Presidente! -----

A Moção aprovada por unanimidade na Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela espelha a realidade do nosso Concelho, não é seguramente um lavar de roupa suja. A Moção, ao contrário do que o Sr. Presidente referiu, não envergonha o Concelho do Sabugal. O Sr. Presidente já devia ter ido à CIMBSE defender esta causa, ou seja, a ligação do Sabugal à A23. -----

Já agora dou-lhe os meus parabéns, e não estou seguramente a ser irónico, por ter tido a dignidade de nem sequer aparecer na reportagem que a Rádio e Televisão de Portugal realizou sobre a ligação Sabugal-A23. -----

Quem se mete nestas causas, mete-se com vontade e determinação, tendo obviamente direito à liberdade de expressão. Este local não pode permitir fazer juízos de valor da expressão ou da manifestação de cada um. Sinceramente não me sinto inferiorizado ou subavaliado pela tentativa infeliz e perniciosa que o Sr. Presidente teve de menosprezar o nosso trabalho perante esta Assembleia. O Sr. Presidente não tem arcahouço para ridicularizar o nosso trabalho. -----

O Sr. Presidente afirmou que eu e o Victor Cavaleiro somos uns sonhadores. Sabemos que o Sr. Presidente não tem sonhos, mas a verdade é que o sonho comanda a vida. Para nós quantas mais acessibilidades tiver o Concelho do Sabugal melhor. Entendemos que as acessibilidades constituem um dos principais fatores de desenvolvimento de um território. -----

De realçar que quem apresentou hoje a ‘Moção de Recomendação’ nesta Assembleia Municipal votou favoravelmente, na Assembleia Intermunicipal de 25 de janeiro de 2019, a Moção de Reivindicação ‘Estrada de Ligação Sabugal-A23’. -----

Até ao Governo de Passos Coelho havia notícias sobre a ligação “Sabugal-A23”, depois as notícias sobre as démarches referentes à obra terminaram. No entanto, a mesma desfila nos consecutivos Orçamentos anuais. Será que o Sr. presidente ainda tem expectativas em relação à concretização desta obra? -----

A Moção de Reivindicação aprovada por unanimidade na CIMBSE alicerçou-se num plano de exceção, no qual a obra deve ser redimensionada à atualidade. De vez em quando fala na ligação ‘Sabugal-Guarda’, será que as negociações entre a Câmara Municipal do Sabugal e as Infraestruturas de Portugal já estão assim tão adiantadas? -----

Se nós não tivéssemos lançado novamente esta obra a debate, o Sr. Presidente nada faria, assim como o Grupo Municipal do PSD. Falamos hoje da ligação 'Sabugal-A23' porque o Partido Socialista lhe deu destaque." -----

Seguiu-se o Senhor Vítor Cavaleiro: -----

"Caríssimo Senhor Presidente, -----
foi consigo que fiz algumas démarches, mas quero lhe responder, não numa contingência agressiva, mas em prol de uma causa justa para o concelho do Sabugal. -----

Eu, Professor da UBI, na altura presidente do departamento de Engenharia Civil e Arquitetura, fui sondado por um anterior seu sucessor, o Engenheiro António Morgado, a seguir também por um vereador que esteve no seu tempo, e já não está entre nós, o Senhor Manuel Rito, e consigo também fomos dialogando, que era vereador. -----

E a mim competia-me como instituição e presidente de um departamento dar apoio máximo seja ao Sabugal, seja a qualquer outra, como temos dado. -----

Neste momento estou a fazer isso com outras Câmaras, com outras instituições, cito, estou a acompanhar um hotel Vila Galé, em Manteigas. Manteigas está com 7 hotéis, notem. Estamos a acompanhar tecnicamente. -----

Agora, eu pergunto, eu não venho aqui defender aquilo e a traçar aquilo tal e qual como foi. Como Presidente, como técnico, como professor, com alunos disponíveis, o que é que se fez? Na primeira hora foi dizer que sim, pois sou de cá, e sendo de cá tinha o máximo prazer em apoiar, e que a UBI estivesse ao lado, sem ir a buscar outras instituições, tínhamos competência. E isso aconteceu, e o que é que passou imediatamente pela minha coordenação, que fui eu o responsável. Foi: -----

1. Fazer o levantamento exaustivo topográfico. -----
2. Fazer o levantamento de acessibilidades ao concelho do Sabugal. -----
3. Fazer os acessos mais rápidos, passando pelos terrenos mais incultos, e que o preço fosse mais baixo. -----
4. Fez-se um protocolo com a CMS na altura, e esse protocolo desenvolveu-se para a conceção e acompanhamento da obra. -----

E então, lembro-me, de começarmos a trabalhar com os meus alunos no levantamento topográfico. Só o levantamento topográfico deste percurso é à volta de 300 mil euros. Todo este valor, isto são pinups. Agora o que é certo é que se fez a obra com esta dimensão, com o levantamento topográfico, passando pelos pontos mais altos dos terrenos mais incultos, seja das freguesias, e fazendo chegar num curto espaço, mais rapidamente ao Sabugal. -----

M

*E só um parêntesis, vocês sabem que andam mais 4 km se forem por aqui para a guarda?!... -----
Só vos pergunto isto, há que olhar, há que refletir, esta ligação para a A23 não é para a A23, tomara eu que a ligação do Sabugal tivesse a A23, a A25, acho que é vantagem para todos nós, nós estamos aqui em prol do Sabugal. -----*

Agora, utilizaram-se os militares porque são pessoas muito competentes, executando a obra eximamente e na altura a obra foi mais morosa, porque se fosse na Presidência do anterior Presidente da Câmara, a obra tinha concluído, só que os militares têm a sexta-feira para revisão das máquinas, e isto, quando o anterior Presidente me disse 'oh professor, o que é que falta para acabarmos a estrada?', e eu disse 'faltam 2 dumpers e 2 cilindros'. -----

O preço que o Presidente aqui tem, é este, não há volta a dar, agora o preço que está aqui é muito barato. Eu vou-vos dizer, a autoestrada normal anda entre 1 milhão, 1 milhão e 200, dependendo dos terrenos, por km de autoestrada. Nós temos este percurso, e gastou-se pouco. A Guarda quer fazer agora a ligação da Viceg, junto aos bombeiros, até à A23, são 4,5 km, e eu disse 'porque é que não fecham isto?'. A Guarda não tem Vicegs, Viseu tem várias Vicegs, e irrita-me a gente andar ali por Alvendre. Para mim isto é uma deseconomia, agora o que é que acontece? São 4,5 km? Então quanto é que custam os 4,5km? 25 milhões. 'Oh, senhor vereador, eu vou fazer uma associação, concorro à obra, e por 12 milhões faço-lhe a obra. E faço, porquê?! 4,5 km para ligar a A23'. -----

Vamos a este assunto, e este assunto é assim, a obra era idealizada fazerem chegar os transportes mais rápidos ligando a fronteira à A23, e Aldeia da Ponte já estava mais ou menos ligado, Aldeia da Ponte até Rendo também já está mais ou menos ligado, e agora fazer um viaduto de Rendo a Quintas de São Bartolomeu. E fazer uma rotunda no Alto do Espinhal, onde está um parque industrial que também era para o efeito, e que passaria junto às antenas que lá estão. Fazer a parte mais difícil da estrada está feita. Porquê? Venceram-se os desníveis de 850 ou 70 metros, junto à Bendada. Faltam para ligar da Bendada a Quinta da Santana 1 km e 100m, que depois entra naquele vale, que já era uma estrada no tempo do Salazar, para ligar ao concelho de Belmonte. -----

Eu digo-vos o seguinte, estava na hora e está na hora de falar com a IP por causa da Refer, porque a ferrovia deitou as plataformas todas abaixo. E nós estávamos a pensar fazer esta estrada por aquele túnel junto às olas e levava um viaduto, no concelho de Belmonte, para não estragarem os pomares que o presidente disse. Mas havia outras alternativas, que era não fazer aquele viaduto na Quinta da Ribeira, e rebaixar um pouco mais esta via, que era exequível. -----

Isto às vezes é uma questão de querermos todos e eu cito-vos outra obra que era inexecutável, que era as Caldas do Cró, que passou no tempo do primeiro Presidente da Câmara, cujo valor era 4 milhões e meio e o valor era impossível fazer, e hoje está lá. Ou querem ou não querem! -----



14

Eu digo-vos mais, a parte da topografia está feita, a parte da geotecnia está feita. Os terrenos estão lá todos, é só movimentá-los com máquinas. Há um aterro experimental que é necessário preservar porque se torna um risco para quem lá andar à volta. Sei que aquilo se chama um ensaio de carga ao natural, que se não tiver circundado com perigo acontece como as pedreiras de Borba. Porque como houve a interrupção rápida desta obra é necessário tomar as devidas medidas de segurança. -- Quanto ao estudo de impacto ambiental tinha 11 km, e todos os estudos de impacto ambiental são necessários para estradas com mais de 11 km. Como a estrada não tinha 11 km, não era necessário um estudo de impacto ambiental.” -----

Tomou novamente a palavra o Senhor **António Gata**:-----

“Neste, que eu considero um momento muito importante para a vida do concelho do Sabugal, não podia deixar de usar a palavra por breves instantes, porque há muitos anos nesta casa que me debato por uma situação e do qual não posso abdicar. -----

Desejo, como todos aqui neste auditório que seja construída a ligação à A23, mas eu continuo, como sempre o disse, e está em várias atas nesta assembleia, considero prioritária a ligação à Guarda. ----

E, para ajudar neste debate, não posso deixar de dizer, que no programa regiões também fiquei surpreendido com os valores que foram apresentados pelo Professor Manso, e recordo que, nesta casa, numa altura em que este assunto estava noutros patamares, e há aqui meia dúzia de pessoas que assistiram a esses debates, e eu questionei o Senhor Presidente da Câmara, para saber que na altura os encargos que havia na altura era 1 milhão e meio de euros, que também se pode confirmar indo às atas dessa época. -----

Só para terminar, dizer que na altura em que os euros vinham aos montes e aos milhões de Bruxelas, não conseguimos, e agora sem vir de lá um cêntimo conseguirmos que façam a obra, tudo bem, mas primeiro a ligação à Guarda.” -----

Seguiu-se o Senhor **José Robalo** que começou por afirmar que partilha da mesma opinião que o Senhor António Gata, no que toca à falta de dinheiro. *“Por mais que a gente sonhe, fazer uma obra daquelas é completamente incomportável.” -----*

De seguida dirigiu-se ao Senhor Alexandre Gonçalves e disse que embora discorde das posições do mesmo, é da opinião que deve poder exprimir-se em total liberdade na Assembleia. -----

Lamentou também as tomadas de posição e atitudes do executivo camarário aquando de algumas intervenções e acusou o Senhor Vice-Presidente da Câmara de tentar influenciar o Senhor Presidente da Assembleia na retirada de palavra ao Senhor Alexandre Gonçalves. -----



Desaprovou a passividade do Senhor Presidente da Assembleia ao não chamar à atenção os membros da assembleia que chalacearam quando o Senhor Presidente da Junta do Baraçal falou das *“confusões das pessoas se sentarem num lado e depois em outro lado”*. -----

O Senhor José Robalo firmou a sua posição de defensor do concelho, *“e as minhas posições são sempre tomadas em total liberdade, sempre!”* -----

Para terminar a intervenção disse que está na política há mais de 30 anos, e que quando foi candidato à Câmara Municipal do Sabugal como Vice-Presidente, o atual Vice-Presidente não fez campanha pelo PSD. -----

Em resposta ao Senhor José Robalo, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício disse que se limitou a fazer um trejeito, e que não influenciou ninguém, não se deixou influenciar e nem sequer ouviu o que se passou. -----

Disse também que ninguém atacou ou ofendeu o Senhor José Robalo, e que este se devia limitar apenas à discussão do tema. -----

O Senhor José Robalo prosseguiu dizendo que na assembleia usa a palavra em total liberdade. -----

“E indo ao assunto que nos traz aqui, eu sou defensor de uma boa ligação do Sabugal para a Guarda. E infelizmente, passaram-se mais de 20 ou 30 anos e nunca ninguém mexeu naquela estrada em condições. E é necessária essa boa ligação. -----

Quando discordo, eu tenho o direito de dizer que discordo. Eu não posso concordar, numa terra pobre como o Sabugal, com um orçamento limitado, quando o Senhor Presidente vem aqui dizer que não vai haver praia fluvial no mês de agosto, porque ainda não há dinheiro, mas já há dinheiro para o pavilhão por 700 mil euros, e isso eu discordo. -----

Essa é a minha liberdade, eu acho que é um exagero adquirir-se um pavilhão por 700 mil euros, mas não há dinheiro para fazer uma praia fluvial, e esta é a minha liberdade. -----

Eu não me escondo para falar, digo isto porque é aquilo que eu penso, somos um concelho pobre e não nos podemos dar ao luxo de gastar dinheiro dessa forma.” -----

Depois de cumprimentar os presentes, o Senhor Luís Sanches usou da palavra para dizer: -----

“O Partido Socialista nunca foi contra qualquer ligação ao Sabugal, que melhore o bem-estar das pessoas que aqui vivem. -----

Quando hoje se põe em causa o dinheiro que a Câmara Municipal do Sabugal gastou na ligação à A23 e que se vem dizer que não há estudo de impacto ambiental, onde é que estavam essas pessoas na altura? Era nessa altura que se devia ter chamado o executivo à atenção. -----

Município do Sabugal



Por que está lá só em obra 1 milhão e 200 mil. E o valor das expropriações dos terrenos? É que o dinheiro está gasto, portanto não podemos deixar esquecer que isso aconteceu. -----

Vamos todos continuar a lutar, e não perder a esperança. Nunca se sabe se não haverá essa possibilidade um dia, porque não é uma coisa impossível. -----

Quando se fala no estudo de impacto ambiental, alguém se lembrou ou preocupou se havia estudo de impacto ambiental na ligação Sabugal-Soito?! A obra está feita, esta é uma realidade. Não era preciso, pois para a outra também não. -----

Eu sei que era vereador na altura, então não se trazem essas coisas para a assembleia. Eu conhecia parte do traçado inicial, agora o que eu queria era dizer o seguinte 'todos nós iremos votar a moção', porque toda a gente quer uma ligação, seja ela para a Guarda, seja ela para Vilar Formoso, seja ela para Penamacor. -----

Mas dá a impressão que as pessoas já desistiram de lutar, não vale a pena desistir de lutar. -----

E criou-se aqui uma divisão para se afirmar entre duas bancadas, para quê? Para dizer que uns gostam mais do Sabugal e outros não? É isso que os senhores querem justificar? É para isto que nós fomos eleitos? Eu penso que não. -----

E o Senhor Presidente da Câmara atual sabe que se alguém falou na ligação Sabugal-Guarda, na reunião do executivo, mais que uma vez quando se gastou esse dinheiro com a A23, esse alguém fui eu. E se forem ver as atas, se se escreveu o que se falou nas Reuniões de Câmara a minha intervenção está lá por mais que uma vez." -----

O Senhor Presidente da Assembleia interveio para dizer: -----

"Acho que é um momento importante, é para isso que nós estamos aqui, é para dar a nossa opinião em prole da nossa terra. -----

Considero o Sabugal também a minha terra, vim para o Sabugal em 1985, aqui fiz a minha vida profissional e pessoal. Vim para o Sabugal para trabalhar como médico, mas também sou daquela geração que entende que é obrigação dos cidadãos participarem na vida coletiva e também sou daqueles médicos que acha que como alguém importante disse 'um médico sabe só medicina e nem medicina sabe'. -----

Nesta assembleia estão ainda quatro pessoas que talvez já estivessem quando entrei nesta questão da política da assembleia. Isto para dizer que tive a honra de presidir a assembleia entre 1993 e 1997, num executivo socialista, havia um grande debate na altura para que se fizesse a barragem da Senhora da Graça. -----

Lembro-me de ter convocado uma assembleia municipal extraordinária para debater o assunto, o que na altura até foi uma coisa rara porque não tinha experiência de assembleias extraordinárias:

lembro-me perfeitamente de expressões calorosas e lembro-me de expressões do senhor Francisco Bárrios que chegou a afirmar que a água do Côa era o sangue do Sabugal. -----

A obra foi feita, o Presidente da Câmara e um Primeiro-Ministro de Portugal estiveram na inauguração da barragem, não me convidaram, mas eu soube as palavras do então primeiro-ministro António Guterres 'a contrapartida que o Sabugal iria ter seria a construção de uma via rápida Sabugal-Guarda'. -----

Eu só questiono os elementos do partido socialista, onde é que está essa obra?" -----

De seguida tomou a palavra o Senhor Manuel Lousa, que em resposta às insinuações do Senhor Alexandre Gonçalves citou a declaração do PSD na CIM: *"Votámos a favor da moção apresentada pelo seu propósito e não pelo seu conteúdo. Somos favoráveis a todas as propostas que tenham como objetivo exigir ao poder central a integração da ligação no Plano Nacional de Infraestruturas 2030. Não podemos, no entanto, concordar com os considerandos da proposta, uma vez que esta não remete para a convergência de posições, mas sim para a clivagem. -----*

Não concordamos com o seu teor, pelas imprecisões que contém, pois, a interrupção dos trabalhos foi do executivo, de forma unânime e após várias tentativas junto de vários governos, uma vez que o Município não tinha recursos financeiros para continuar uma obra orçada em cerca de 20 milhões de euros. -----

Tendo em conta que a obra proposta não tem projeto de desenvolvimento e execução, não tem pareceres exigíveis por várias entidades e não tem enquadramento no plano rodoviário nacional, sabemos nós da demora nestes processos. -----

E para finalizar, a minha defesa desta moção entendemos que é mais urgente, útil e ideável a requalificação e o reperfilamento da ligação do Sabugal à Cidade da Guarda, à A23 e à A25. " -----

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para se pronunciar acerca do assunto. -----

"É evidente que todos querem ligações a todos os sítios, é evidente que ninguém questiona aqui a melhoria que seria para o concelho ter uma ligação rápida, sonhada logo em 1997, 1998, 1999, no mandato do António Morgado, Manuel Rito, António Robalo e José Nobre, sonharam em ter uma ligação rápida à A23. -----

Venderam essa ideia ao executivo na altura, e foram-se dando alguns passos e houve algumas coincidências importantes que fizeram com que se tivesse tentado através da Engenharia Militar e da UBI desenvolver o projeto. -----

Não vou aqui entrar em considerações técnicas, se há estudos desta maneira ou daquela. Apenas vou dizer ao Vítor Cavaleiro, que referiu que somos amigos, e dizer-lhe que quando a gente é amiga, além da política há amizade, trabalha as situações em consonância, e penso que temos todas as condições para que estes órgãos, Câmara Municipal e Assembleia Municipal possam trabalhar em consonância, os objetivos claros e específicos para o concelho. -----

Quando falou de estudos geotécnicos, nomeadamente, como é que sem haver a localização das pontes e viadutos pode haver estudos sobre essas bases de pontes e viadutos, não pode haver. Quando me falou de estudos de impacto ambiental, há uma grande diferença entre os 10 km e os 11km, a partir dessa distância é que é preciso estudos de impacto ambiental, aquele não necessitava dessa figura. Porque é que houve a estratégia de fazer troços? Precisamente para fugir, para escapar ao estudo de impacto ambiental. -----

O Vítor Cavaleiro trouxe para aqui uma situação a dizer que quem ouvisse e não tivesse a ver a realidade, pensava que a plataforma estava toda feita, que agora era só chegar e terminar. Efetivamente houve trabalho do regimento de engenharia, em 3 ou 4 km, entre o alto de Pousafoles e Penalobo. -----

Mas não vamos falar mais disso. E dizer-vos aqui, que em termos institucionais, há aqui uma coisa que eu não perdoo a ninguém. -----

E depois dizer-vos o seguinte, eu tenho uma honra enorme em liderar este executivo, e acho que o executivo municipal, como eu, que já o fiz e faço, tenho toda a liberdade para exprimir através da expressão corporal aquilo que vou sentindo também. Isso também é liberdade, também é democracia. -----

O facto é que me prezo por ter este executivo na íntegra, porque todos eles têm responsabilidades, a oposição também tem responsabilidades e, portanto, sair em defesa daquilo que aqui foi dito, particularmente pelo Senhor Vice-Presidente. Depois dizer que as opções estratégicas do executivo são aquelas que são, e já aprenderam todos nesta Assembleia, que o António Robalo como Presidente da Câmara, se tiver que fazer desenvolver um trabalho, um projeto, uma ação que eles entendam que é importantíssima para o concelho, sejam pavilhões, sejam piscinas, sejam praias, seja o que for, não olha a nada de marginal que esteja fora do processo, e acreditem, o concelho do Sabugal precisa de muita coisa, mas também precisa de um bom multiusos para fazer exposições, feiras. -----

Portanto, assentem e acreditem, porque têm que acreditar, devem acreditar que a estratégia é correta, e tem que ser assim. -----

Por isso, quem quer estar neste barco está, quem não quer salta do barco e nada por sua conta.” ----

M

O Senhor Presidente da Assembleia leu novamente a moção, efetuando de seguida a votação da moção que foi aprovada, por unanimidade. -----

Seguiram-se as declarações de voto. -----

Senhor Alexandre Gonçalves: -----

“O documento ‘Moção de Recomendação’ está repleto de inverdades e de incoerências. Por este facto, que fique bem claro que apenas votei favoravelmente o documento ‘Moção de Recomendação’ no ponto que indica a ambição de se concretizar a ligação ‘Sabugal-Guarda’, não concordando obviamente com o teor do documento, nem com os pressupostos do mesmo. Reafirmo que para o Partido Socialista quantas mais acessibilidades tiver o Concelho do Sabugal melhor. Entendemos que as acessibilidades são determinantes para o desenvolvimento do nosso Concelho.” -----

Senhor José Robalo: -----

“Votei favoravelmente a moção e queria dizer que na parte dos considerandos eu não voto. Só votei a ligação à Guarda. -----

O Senhor Presidente da Assembleia permitiu que o executivo manchasse a sua honra, porque o executivo está para ouvir, não para atacar os membros da assembleia. Esta proposta é uma mão cheia de nada, e por isso foi votada por unanimidade. -----

O que eu quero dizer é que apenas votei a parte final, que todos nós estamos de acordo, todos nós desejamos uma ligação condigna à Guarda.” -----

Senhor Vítor Cavaleiro: -----

“Eu votarei a favor desta e de todas, e o que interessa é sem dúvida as acessibilidades. -----

Portanto, seja à Guarda, a favor de tudo e qualquer coisa que nos afaste do isolamento, o meu voto é favorável.” -----

Senhor João Manata: -----

“Eu votei favoravelmente como é lógico, embora eu ache que uma coisa não invalida outra, acho que podemos ter uma ligação ótima à A23 e uma ligação ótima à Guarda. -----

Quanto aos considerandos, também não concordo, e há especialmente um que eu não concordo, que é os funcionários da Câmara vão para a Guarda todos os dias. É pena, deviam ficar cá no Sabugal, isso é que era, o que faz cá falta é gente.” -----



Após cumprimentar os presentes, o Senhor **Celino Augusto** disse que vota sempre a favor de tudo o que seja bom para o Sabugal e que traga desenvolvimento, sabendo no fundo que o que se votou não é nada, por que isto é uma simples recomendação, *“e eu não acredito sequer que a Câmara seja tão incompetente ao ponto de não tomar esta posição que esta recomendação solicita sempre que tiveram oportunidade disso. Ou seja, eu acho que a Câmara não precisava desta recomendação, por isso eu acabo por nem a perceber.”* -----

ORDEM DO DIA

PONTO 1 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DE 2019 E DA 1.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2019-2022; -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o assunto. *“Há uma revisão quando há uma introdução de dinheiro e de projetos. Esta revisão pretende acautelar situações em obra ou execução, e que não estavam devidamente orçamentadas no Plano e Orçamento que aprovámos em dezembro de 2018. Introduzimos um saldo de cerca de 700 mil euros do reforço das transferências de capital do orçamento de estado, e introduzimos também um projeto novo, que já falei, o Interreg – Poctep, que é o prosseguir o trabalho que temos vindo a desenvolver em torno da tecnologia digital da Smart Rural Digital, e uma candidatura que está aprovada com cerca de 100 mil euros para o concelho do Sabugal.”* -----

Há uma verba também de 250 mil euros para responder a projetos já identificados com as juntas de freguesia, aproveitando para depois em abril, fazermos outra revisão com a introdução de alguma verba que faltará às juntas de freguesia e tem a ver com o saldo de gerência de 2018, que vai ser votado em abril e depois é introduzido numa segunda revisão nessa altura. O documento foi distribuído, é um documento técnico, com estas notas que vos acabei de referir.” -----

Após apresentação dos documentos e prestados todos os esclarecimentos solicitados, pelo senhor Presidente da Assembleia em exercício foram os documentos colocados a votação, pela seguinte ordem: -----

DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 13 abstenções, aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento para 2019. -----



DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA 1ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2019-2022 -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 13 abstenções, aprovar a 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2019-2022. -----

PONTO 2 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A TOMADA DE DECISÃO RELATIVA À DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS VERTIDAS NOS SEGUINTE DIPLOMAS: -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o assunto. Tomando a palavra disse: *“Na sequência da reunião extraordinária que realizámos em janeiro, são agora presentes pela oportunidade nesta assembleia municipal mais quatro decretos-lei que já foram publicados em Diário da República, em que 1 é referente à proteção animal e segurança dos alimentos, os outros são relativos à educação, à cultura e à saúde. ----- A saúde animal e a cultura têm como prazo de resposta da não aceitação até ao final de março, pelo que com esta esta assembleia é oportuno deliberarmos sobre estas matérias. ----- A proposta do executivo é idêntica àquela que foi feita aos outros diplomas e que é de não aceitação nesta conjuntura pelas razões que são invocadas numa proposta idêntica àquela que aprovou o executivo na outra ocasião e evidentemente colocando à votação também, na Assembleia Municipal, essa proposta de não aceitação colocada pelo executivo municipal. Alias, é aqui que essa negação se manifesta ou não.”* -----

Após a apresentação do assunto, o Senhor Presidente da Assembleia retomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a: -----

Senhor João Manata, tomou a palavra para dizer que *“pela mesma razão que na Assembleia extraordinária votou contra e por coerência irei votar contra também.”* -----

Senhora Marisa Martins que perguntou se desde a última Assembleia Extraordinária já há esclarecimentos relativamente ao envelope financeiro. -----

Senhor Joaquim Brázia: *“Uma das questões que eu queria colocar a Marisa já o fez.”* -----

No entanto, gostaria de meter alguns considerandos. Até porque na reunião da Assembleia Municipal extraordinária fomos informados de outras situações. Foi dito aqui pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal que ele pertencia à comissão e que grande parte das Câmaras votaram não, eu ontem ouvi a notícia de que grande parte das assembleias municipais deste país votaram a favor. Eu gostaria de saber se é verdade ou se é mentira. -----
Existem muitas dúvidas na minha cabeça e eu faço esta pergunta porque pessoalmente penso assim, e na última reunião votei exatamente por consciência. Penso que deveriam votar em consciência, em vez de dizermos só simplesmente não. O dizer simplesmente não é fácil, ora se nos dão a possibilidade de nos conceder, independentemente de ser político ou não, mais algum movimento para o interior, para o nosso concelho concretamente, porque é que estamos a dizer não pura e simplesmente?” -----

Senhor Manuel Lousa: -----

“No seguimento da assembleia extraordinária a nossa posição mantém-se, não sabemos o que é que nos dão em troca, portanto até lá votamos contra.” -----

Em resposta ao Senhor Joaquim Brázia e à Senhora Marisa Martins, o Senhor Presidente da Câmara disse que não chegou mais nada, a não ser esses decretos-lei e a calendarização da manifestação da não aceitação. -----

Prosseguiu esclarecendo que “também me apercebi depois das votações, mas é fácil fazer a contabilidade, é uma questão de estatística. São 308 municípios, 9 diplomas eram exclusivos dos municípios, logo eram 2772 votações. Dos 308 municípios, conheço muitos aqui ao lado que aceitaram um, e é o suficiente para serem considerados a favor. -----

Na reunião de Câmara tivemos para aceitar dois porque já tínhamos alguns elementos, ou podíamos vir a ter. -----

Cada um vota por sua razão, nós não estamos a perder barco nenhum, mas vamos assegurar. Nós temos até ao final de junho, até à Assembleia Municipal vamos ter que dizer se queremos para 2020 ou não. -----

Nós temos a obrigação de fazer o trabalho de casa, ver se temos mais elementos para poder dizer que sim ou não. -----

Se, por exemplo, as estradas de Portugal já apresentarem dados específicos de troços com mais de 500 m, o que dá para manutenção e o que não dá, pode ser que a gente já tenha algum dado para aceitar. Aquilo que temos é o relato das missões que nos esperam, que foi aqui dito por muitos de vós na outra assembleia que isto não é, contrariamente àquilo que vocês pensam, não é processo de

descentralização nem de competências. Isto é, passar algumas tarefas para os municípios, por exemplo, para evitar a vigilância das limpezas, que se algo, por exemplo, não estiver limpo, a culpa é do Município. Isto não é verdadeiramente uma descentralização, nem um pacote trabalhado com os municípios. Tomáramos nós podermos aceitar todas e termos a verba.” -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor **Presidente da Assembleia** prosseguiu para as votações dos seguintes diplomas: -----

a) **Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro – Domínio: Proteção e Saúde Animal e de segurança dos alimentos:** -----

Face à proposta apresentada pela Câmara Municipal e aprovada, por unanimidade, em reunião de câmara realizada no dia 20-02-2019, relativamente à **transferência de competências ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto** com a consequente publicação de decretos leis setoriais, a Assembleia Municipal **deliberou**, por maioria, com dois votos a favor do Senhor Vítor Cavaleiro e Senhor Alexandre Gonçalves e a abstenção do Senhor Joaquim Brázia, **rejeitar a transferência de competências, no ano de 2019, discriminada no Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro**, de acordo com o preceituado no n.º 3 do artigo 21.º deste diploma, devendo a tomada de posição ser comunicada à DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais, no prazo de 60 dias da entrada em vigor deste diploma. -----

b) **Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro – Domínio: Educação:** -----

Face à proposta apresentada pela Câmara Municipal e aprovada, por unanimidade, em reunião de câmara realizada no dia 20-02-2019, relativamente à **transferência de competências ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto** com a consequente publicação de decretos leis setoriais, a Assembleia Municipal **deliberou**, por maioria, com dois votos a favor do Senhor Vítor Cavaleiro e Senhor Alexandre Gonçalves e a abstenção do Senhor Joaquim Brázia, **rejeitar a transferência de competências, no ano de 2019, discriminada no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro**, de acordo com o preceituado no n.º 2 do artigo 76.º deste diploma, devendo a tomada de posição ser comunicada à DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais, no prazo de 60 dias da entrada em vigor deste diploma; -----

c) **Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro – Domínio: Cultura:** -----



Face à proposta apresentada pela Câmara Municipal e aprovada, por unanimidade, em reunião de câmara realizada no dia 20-02-2019, relativamente à **transferência de competências ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto** com a consequente publicação de decretos leis setoriais, a Assembleia Municipal **deliberou, por maioria, com dois votos a favor do Senhor Vítor Cavaleiro e Senhor Alexandre Gonçalves, rejeitar a transferência de competências, no ano de 2019, discriminada no Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro**, de acordo com o preceituado no n.º 3 do artigo 12.º deste diploma, devendo a tomada de posição ser comunicada à DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais, no prazo de 60 dias da entrada em vigor deste diploma; -----

d) Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro – Domínio: Saúde; -----

Face à proposta apresentada pela Câmara Municipal e aprovada, por unanimidade, em reunião de câmara realizada no dia 20-02-2019, relativamente à **transferência de competências ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto** com a consequente publicação de decretos leis setoriais, a Assembleia Municipal **delliberou, por maioria, com dois votos a favor do Senhor Vítor Cavaleiro e Senhor Alexandre Gonçalves e a abstenção do Senhor Presidente da Assembleia em exercício, António Luís Miranda dos Santos Serra, rejeitar a transferência de competências, no ano de 2019, discriminada no Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro**, de acordo com o preceituado no n.º 2 do artigo 28.º deste diploma, devendo a tomada de posição ser comunicada à DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais, no prazo de 60 dias da entrada em vigor deste diploma. -----

PONTO 3 - ATIVIDADE MUNICIPAL -----

O Senhor Presidente da Assembleia tomou a palavra para dizer que se iria passar à discussão deste ponto, tendo dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. Tomando a palavra, disse ter sido distribuída a informação por escrito, a todos os Membros da Assembleia, pelo que, se houvesse algum esclarecimento a dar, estava à disposição. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos documentos enviados sobre a **ATIVIDADE MUNICIPAL. -----**

Foi concedida a palavra à Senhora **Alexandrina Goretti**, que depois de cumprimentar os presentes, e dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara para que esclarecesse determinados valores que estão

Município de Lourenço Marques

M

referidos no Serviço de Contratação Pública, ou seja, se os valores estão corretos ou não, se há dinheiro a mais ou a menos. -----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que se trata de questões de formatação do programa, pediu desculpa pela informação errónea e iria solicitar a sua correção pelos serviços. -----

Seguiu-se o Senhor Joaquim Brázia: -----

“Na atividade municipal de 20 de fevereiro, houve uma reunião com a equipa técnica no âmbito do projeto ‘requalificação do acesso sul do Sabugal’. Gostaria de saber quais foram os avanços que foram feitos relativamente a isso, até porque estou particularmente interessado.” -----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que *“é um projeto que está a ser desenvolvido, foi adjudicado, e ao longo do seu desenvolvimento tem tido algumas reuniões também para adaptarmos o projeto e as fases do projeto àquilo que os fundos comunitários podem eventualmente acautelar ou não. -----*

A intervenção na zona sul do Sabugal, a partir do cruzamento da senhora da graça, tem para os fundos comunitários uma leitura, a partir do Miracôa para cima tem outra leitura. A intervenção naquela área, depois do cruzamento e até ao cruzamento para Sortelha tem para os fundos comunitários uma leitura, a partir do cruzamento de Sortelha tem outra leitura, não tem financiamento. -----

E, portanto, nós ao desenvolver o projeto temos que ter em conta isso e fasear o projeto, e essa reunião foi sobre isso, fasear em 3 fases. -----

- 1- *Agregar o cruzamento de Sortelha e o cruzamento até à senhora da graça e toda a intervenção até à ponte. -----*
- 2- *Senhora da Graça até ao cruzamento e até á saída do Sabugal. -----*
- 3- *Até ao lado de sortelha. -----*

Podem ser feitas em simultâneo, mas pode-se fazer faseado, em três, já que não podem ir todos aos fundos, pode ir o núcleo central, que é por sinal o mais caro, embora quando se olhe para aquela rua não se pode pensar só em piso e passeio porque é o que está visível.” -----

Foi uma reunião muito técnica, no sentido de se fazer essa separação, para podermos acautelar futuras candidaturas.” -----



INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Chegado a este ponto, o senhor **Presidente da Assembleia**, na sequência de inscrição, deu a palavra ao representante dos Agricultores de Batocas, Aldeia da Ribeira, Vilar Maior e Arrifana do Cda, que se pronunciou sobre os ataques ao gado: -----

“Como é do conhecimento de todos, há pouco tempo tivemos uma notícia na TVI, e nós vimos fazer aqui um pedido à autarquia para que nos ajude nas medidas de indemnização, uma vez que nós estamos a sofrer principalmente ataques de raposas e saca-rabos, e a medida de indemnização é zero, temos o abutre, numa reserva muito próxima a nós, a que chamam campanário, a medida é zero. Estão a soltar veados, que são um meio de propagação de tuberculose, e não foi dado qualquer conhecimento aos agricultores. Os lobos, muito perto da nossa zona, como é do conhecimento a nível das redes sociais foram soltos mais no concelho de almeida, mas como já foi dito aqui, não se controla a zona onde anda o lince, tal como não se controla a zona onde anda o lobo. Estamos a falar na maior atividade no concelho do sabugal, na qual, cada agricultor, no mínimo vende um vitelo por 500€, e a medida de indemnização para o lobo é de 100€, as outras espécies é zero. Agradecemos também o aviso dessas espécies são soltas perto das explorações. A nível do concelho do Sabugal já são apresentadas várias queixas, e pedíamos a ajuda da autarquia.” -----

O Senhor **Presidente da Câmara** tomou a palavra para dizer que não é comum o público vir às assembleias municipais e que gostaria que esta assembleia municipal tivesse mais público, mas não tivesse mais público a apresentar problemas deste tipo, que são prejudiciais para os produtores. -----

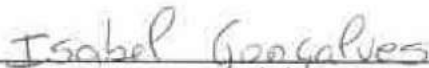
“Em vez de vos dizer que trouxeram à assembleia este tema, o António Gata já o tinha dito, em vez de dizer para apresentarem por escrito estas situações vamos fazer o contrário, ser pró-ativos, e vou pedir a um técnico da Câmara Municipal que vá fazer o levantamento dessa situação convosco, depois que faça um relatório e que se tiverem mais situações de outros agricultores em situação idêntica se possa fazer algo em comum, em conjunto, para que do lado da Câmara se possa analisar e se possa junto das entidades aportar alguma resolução deste tema. -----

Vamos fazer esse trabalho em conjunto, e vamos identificar na Câmara Municipal um técnico da área ou do desenvolvimento rural que se vá até vós para ajudar a fazer um relatório, uma exposição à Câmara, para depois nós levarmos a bom porto, e espero que acautelemos outras situações.” -----

Findas as intervenções e não havendo mais assuntos a tratar, o senhor **Presidente da Assembleia** agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Sessão, eram vinte horas e trinta minutos, da qual para constar e para os devidos e legais efeitos, se lavrou a presente ata, cujas deliberações

foram aprovadas em minuta para resolução imediata das deliberações tomadas, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada, por mim, Isabel Gonçalves, Técnica Superior que a lavrei e pelo senhor Presidente da Assembleia, conforme disposto no n.º 1 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

O Presidente da Assembleia em exercício, 
António Luís dos Santos Serra

A Técnica Superior, 
Isabel Gonçalves